

Irma critica Lula pela ausência no simpósio

Da Reportagem Local

A deputada federal Irma Passoni (PT-SP), ex-líder petista na Câmara dos Deputados, disse ontem, em São Paulo, que o presidente do PT, deputado federal Luis Inacio Lula da Silva (SP), "deve ser questionado" por não ter comparecido, na semana passada, ao simpósio "A transição política: necessidade e limites da negociação", promovido pela Universidade de São Paulo (USP). Defendendo a discussão sobre esse fato "dentro das instâncias partidárias", Irma afirmou não compreender a atitude de Lula, já que, em semanas anteriores, esteve reunido, em Brasília, com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE) e com o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Para a deputada, "a posição do PT é a de conversar com todos que procurem o partido" e a ausência de Lula no debate

"prejudica a visão partidária que desejamos construir".

Já o metalúrgico e ex-deputado federal Djalma Bom, presidente do diretório regional de São Paulo do PT, disse que Lula "fez bem em não participar do debate encomendado pelo governo federal, que não tem nenhuma credibilidade". Para Bom, a ausência de Lula "trouxe dividendos para o partido, na medida em que ele simbolizou a posição contrária da sociedade brasileira ao governo Sarney". Afirmando que a decisão do presidente do PT "foi pessoal" e não decidida coletivamente, no partido, Djalma afirmou que discorda da posição do cientista político Francisco Weffort (que fez críticas públicas a Lula por não ir à USP), mas respeita "o seu direito de opinião".

Para o deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP), sociólogo e professor da USP, Lula "exerceu

um direito pessoal", que "não prejudica o partido, onde as pessoas podem concordar e divergir democraticamente". Destacou que se tivesse sido convidado para o simpósio, também não compareceria, não pelo mesmo motivo de Lula (em protesto contra o novo plano econômico do governo), mas porque "a Universidade de São Paulo nada tem a ganhar atrelando-se aos interesses do governo Sarney". Florestan disse que vê "uma incoerência" entre os acadêmicos que, nos anos 60, criticavam "o atrelamento da universidade ao governo e que, agora, colocam-se de certa forma como paladinos dessa aliança". "Não é inerente à ética acadêmica aceitar a participação em qualquer tipo de evento intelectual", afirmou.

O economista Paul Singer, professor da USP e membro do grupo de assessoria econômica do PT, afirmou que Lula e o presidente da

CUT, Jair Meneguelli, "fizeram um gesto de protesto, ficando fora do debate, contra o plano econômico do governo, feito sem ouvir os trabalhadores". Singer elogiou, depois, a USP "por ter feito o simpósio de forma neutra, ouvindo pessoas ligadas ao governo e à oposição".

Coerência

O ex-candidato petista ao governo de São Paulo, economista Eduardo Suplicy, disse que Lula "foi coerente" ao não comparecer ao debate, embora a ausência "tenha sido uma decisão pessoal sua". Destacou que tanto Lula quanto Meneguelli "sentiram-se enganados pelo governo com a decretação do novo plano econômico, sobretudo depois que o presidente Sarney prometera aos líderes sindicais, há cerca de dois meses, na feijoada da Granja do Torto, que iria ouvi-los antes de adotar qualquer novo choque na economia".

Cabral se ausenta de Brasília e auxiliares assumem tarefa

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, embora tenha dito que é o "único responsável" pela redação do anteprojeto da nova Constituição, esteve fora de Brasília em quatro dos últimos sete dias. Cabral passou informalmente para os dois grupos de relatores-auxiliares sua tarefa de compatibilizar os relatórios das comissões temáticas. Em clima de confronto, eles estão fazendo o mesmo trabalho, já que Cabral não definiu com clareza a competência de cada um dos grupos — o dos quatro relatores-adjuntos, todos do PMDB e com predomínio das posições "progressistas", e o que chamou de "relatores de campo", formado por parlamentares de outros partidos e com maioria "conservadora".

Cabral, um político de centro (segundo levantamento publicado pela Folha no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), reuniu-se apenas uma vez com os relatores-adjuntos, embora o grupo tenha se encontrado todos os dias da última semana. Para não chegar atrasado a uma conferência na Universidade Católica de Santos (SP), na noite de sexta-feira, Cabral

pediu que os relatores José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e Nelson Jobim (PMDB-RS) conversassem com o relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, deputado Artur da Távola. Cabral tem de apresentar um relatório para essa comissão, já que nenhum foi aprovado.

Na terça-feira, Cabral viajou para Belo Horizonte (MG), onde fez palestras na associação dos magistrados e compareceu a uma solenidade na Federação do Comércio. Procurado pelos relatores-adjuntos para uma reunião na quarta-feira, ele não foi encontrado. Depois de informações desencontradas, soube-se que estava no Rio, onde tem casa.

Apenas no final da manhã de quinta-feira, Cabral retornou a Brasília. Reuniu-se com os relatores-adjuntos e tentou explicar ao deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente do Congresso constituinte e do PMDB, a confusão que estabeleceu na Comissão de Sistematização, ao nomear dois grupos diferentes para auxiliá-lo.

Depois de ter sido eleito relator da Sistematização, Cabral convidou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Jobim para serem seus auxiliares. Posteriormente, Ferreira e Wilson Martins (PMDB-MS) foram convocados, fechando o grupo.



Entidades fazem ato público por emenda 'popular'

Da Reportagem Local

O educador Paulo Freire, o jurista Gofredo da Silva Teles, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, o diretor teatral José Celso Martinez Corrêa, a cantora Tetê Espíndola e outras personalidades participarão hoje, a partir das 18h30, na Sala da Constituinte da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (no largo de São Francisco, centro paulistano), do ato público de assinatura da proposta constitucional que cria "formas e instrumentos de participação popular". A proposta é patrocinada pela Articulação Nacional de Entidades pela Participação Popular na Constituinte e tem como um dos seus objetivos garantir que 70 mil eleitores possam apresentar ao Congresso Nacional projetos de lei.

A proposta será apresentada com base no artigo 24 do regimento interno do Congresso constituinte, que assegura que trinta mil eleitores, apoiados por no mínimo três entidades legalmente constituídas, possam apresentar sugestões ao projeto do novo texto constitucional. As entidades que participam da articulação definiram o próximo dia 25 como prazo final para a coleta de assinaturas em todo o país.